

Lobistas ^{ANC PS} 3 JUL 1987 atuaram na madrugada

Os constituintes que fizeram parte da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias estão convencidos de que a portaria da Funai e do DNPM que abriu, desde 18 de maio, as terras indígenas à exploração das empresas mineradoras, foi articulada junto aos escalões inferiores do governo (no caso os dois órgãos) pelos mesmos lobbies que trabalharam com afinco dentro da Constituinte.

Essa convicção começou a se esboçar com a observação de que o próprio ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, foi atropelado pela portaria. O ministro havia assumido o compromisso de apoiar integralmente o artigo do relatório da subcomissão, que diz que "a pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia elétrica em terras indígenas somente poderão ser desenvolvidos, como privilégio da União, no caso de o exigir o interesse nacional e de inexistirem recursos conhecidos e suficientes para o consumo interno e exploráveis em outros pontos do território brasileiro."

Mais do que apoiar, Aureliano Chaves, com uma posição que surpreendeu a subcomissão, participou

da articulação desse artigo junto com o relator Alceni Guerra (PFL-PR).

Os constituintes lembram que durante a votação do relatório pela Comissão de Ordem Social, em 15 de junho, os lobbies trabalharam com afinco no sentido de derrubar o artigo. Às 3h30min da madrugada, o senador Odacir Soares (PFL-RO) propôs aos membros da subcomissão a garantia de aprovação do relatório, desde que eles concordassem em fazer uma pequena alteração no texto, abrindo a exploração também as empresas nacionais.

Na mesma oportunidade, foram apresentadas sete outras emendas — de autoria dos deputados Osvaldo Aranha (PL-RJ), Nilson Gibson (PMDB-PE), Leur Lomanto (PFL-BA), José Lourenço (PFL-BA), Cunha Bueno (PDS-SP), Gastone Righi (PTB-SP) e Lourenço Batista (PFL-SE), propondo a abertura do subsolo indígena à iniciativa privada, nacional ou estrangeira. Os membros da subcomissão identificaram todas as emendas como oriundas da mesma fonte de interesse: o Conselho de Segurança Nacional.

"O conselho de Segurança Nacional considera os índios um empecilho à expansão do desenvolvimento capitalista, tanto nas áreas de fronteira como nas frentes pioneiras de expansão", afirma o antropólogo e deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA), integrante da subcomissão. Sabóia, no entanto, acha que os interesses do conselho e o das mineradoras não são os mesmos. (J. R. J.)